

*Referência Interna: 3221 / 2025*

## **CADERNO DE ENCARGOS**

## ÍNDICE

Cláusulas Gerais .....	3
Objeto .....	3
Contrato .....	6
Vigência do Contrato .....	6
Local da Prestação do Serviço .....	6
Preço Base .....	6
Condições de Pagamento .....	7
Preço Contratual .....	7
Preço Anormalmente Baixo .....	8
Condições da Prestação do Serviço .....	8
Obrigações do Prestador do Serviço .....	8
Conformidade e garantia técnica .....	9
Penalidades Contratuais .....	10
Força Maior .....	11
Resolução por parte do Contraente Público .....	12
Resolução por parte do Prestador do Serviço .....	13
Subcontratação e Cessão da Posição Contratual .....	13
Dever de Sigilo .....	13
Patentes, Licenças e Marcas Registadas .....	14
Caução .....	14
Foro Competente .....	14
Legislação Aplicável .....	14
Comunicação e Notificação .....	15
Notificação de Adjudicação e Documentos de Habilitação .....	15
Contagem de Prazos .....	15
Gestor do Contrato .....	16

**Cláusulas Gerais**

**Cláusula 1ª**

**Objeto**

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a Contratação em **Prestação de serviços de captação de vídeo, edição e de streaming em direto.**

2. Serviço a Prestar:

**2.1. Serviço 1 de Operador de Streaming:**

- 2.1.1. 2 Câmaras de vídeo 4K;
- 2.1.2. Cablagem HDMI em Fibra ótica ou Cablagem SDI 6G;
- 2.1.3. 1x Regie Blackmagic ATEM 8 vias mínimo + TV Monitoramento em BackStage;
- 2.1.4. 1x Computador de Lançamento de Livestream, conteúdos gráficos;
- 2.1.5. Cabos XLR para receção áudio do streaming (som, microfonia não incluída);
- 2.1.6. 1x Computador de Gravação de backup;
- 2.1.7. 1x Gravador de PGM;
- 2.1.8. Emissão múltipla plataforma (Facebook e YouTube);
- 2.1.9. Press Box Vídeo 8 vias SDI;
- 2.1.10. Envio da Gravação Final até 24h após termino do evento através de cloud disponível até 4 semanas para download;
- 2.1.11. 1 Operador;
- 2.1.12. Limite 6h (1 dia) livestream;
- 2.1.13. 2 Técnicos em permanência;
- 2.1.14. Quantidades / Sessões: 9

**2.2. Serviço 2 de Operador de Streaming:**

- 2.2.1. 3 Câmaras de vídeo 4K;
- 2.2.2. Cablagem HDMI em Fibra ótica ou Cablagem SDI 6G;
- 2.2.3. 1x Regie Blackmagic ATEM 8 vias mínimo + TV Monitoramento em BackStage;

- 2.2.4. 1x Computador de Lançamento de Livestream, conteúdos gráficos;
- 2.2.5. Cabos XLR para receção áudio do streaming (som, microfonia não incluída);
- 2.2.6. 1x Computador de Gravação de backup;
- 2.2.7. 1x Gravador de PGM;
- 2.2.8. Emissão múltipla plataforma (Facebook e YouTube);
- 2.2.9. Press Box Vídeo 8 vias SDI;
- 2.2.10. Envio da Gravação Final até 24h após termino do evento através de cloud disponível até 4 semanas para download;
- 2.2.11. 2 Postos de Intercom;
- 2.2.12. 2 operador;
- 2.2.13. Limite 6h (1 dia) livestream;
- 2.2.14. Quantidades / Sessões: 4

**2.3. Serviço 1 de Audiovisuais de Cobertura Vídeo:**

- 2.3.1. Captação de Vídeo na resolução 4K50p com camara Sony Cinema Line ou Equivalente;
- 2.3.2. Equipamento de Estabilização de Vídeo (Gimbal ou Tripé);
- 2.3.3. Captação de imagens aéreas com resolução 4K ou superior com recurso a Drone

Certificado – Mavic 3;

- 2.3.4. Gravação de áudio com recurso a lapela (1 ou 2 pessoas simultaneamente) ou kit ENG (microfone tipo entrevista c/ possibilidade de personalização);
- 2.3.5. - 2 operador;
- 2.3.6. Até 1 dia de gravação (8h);

**2.4. Edição Vídeo:**

- 2.4.1. Edição de Vídeo até 1m (pode ser solicitado até 5m00s de vídeo, mas por defeito 1m00s);

- 2.4.2. Entrega de Vídeo no dia útil seguinte às gravações;
- 2.4.3. Produto entregue a 4k25p ou superior em caso de necessidade, com possibilidade dos seguintes rracius: 16:9, 1:1, 4:5 ou 9:16;
- 2.4.4. Armazenamento de todos os ficheiros por um período mínimo de 2 anos para arquivo;

2.4.5. Quantidades / Sessões: 10

**2.5. Serviço 2 de Audiovisuais de Cobertura Vídeo:**

- 2.5.1. Captação de Vídeo na resolução 4K50p com camara Sony Cinema Line ou Equivalente;
- 2.5.2. Equipamento de Estabilização de Vídeo (Gimbal ou Tripé);
- 2.5.3. Captação de imagens aéreas com resolução 4K ou superior com recurso a Drone Certificado – Mavic 3;
- 2.5.4. Gravação de áudio com recurso a lapela (1 ou 2 pessoas simultaneamente) ou kit ENG (microfone tipo entrevista c/ possibilidade de personalização);
- 2.5.5. 1 operador;
- 2.5.6. Até 1 dia de gravação (8h)

**2.6. Edição Vídeo:**

- 2.6.1. Edição de Vídeo até 1m (pode ser solicitado até 3m00s de vídeo, mas por defeito 1m00s);
- 2.6.2. Entrega de Vídeo no dia útil seguinte às gravações;
- 2.6.3. Produto entregue a 4k25p ou superior em caso de necessidade, com possibilidade dos seguintes rracius: 16:9, 1:1, 4:5 ou 9:16;
- 2.6.4. Armazenamento de todos os ficheiros por um período mínimo de 2 anos para arquivo;
- 2.6.5. Quantidades / Sessões: 12.

**Cláusula 2ª**  
**Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O Presente Caderno de Encargos;
  - d) A Proposta Adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em casos de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são aí indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quando ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101º do referido diploma.

**Cláusula 3ª**  
**Vigência do Contrato**

O contrato a celebrar entra em vigor na data da assinatura do contrato e tem a vigência até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco.

**Cláusula 4ª**  
**Local da Prestação do Serviço**

O serviço a prestar será no recinto das Tasquinhas – Festas de São Pedro;;

**Cláusula 5ª**  
**Preço Base**

1. O preço base é **19.875,00€ (dezanove mil, oitocentos e setenta e cinco euros)** acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o valor máximo que o

Município de Porto de Mós se dispõe a pagar pela prestação do serviço, não podendo a proposta ultrapassar este montante;

2. Preço base definido com base numa Consulta Preliminar ao mercado, artigo 35º-A do CCP.
3. Pela prestação do serviço objeto do contrato, bem como, pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Porto de Mós pagará ao Prestador do Serviço, o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
4. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, bem como, quaisquer encargos decorrentes de marcas registadas, patentes ou licenças e decorrentes da prestação do serviço;

#### **Cláusula 6ª**

##### **Condições de Pagamento**

1. A quantia devida pelo Município e Porto de Mós, nos termos das cláusulas anteriores deve ser paga após a receção da(s) respetiva(s) fatura(s) e as quais só podem ser emitida(s) após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Em caso de discordância por parte do Município de Porto de Mós quanto o valor indicado na(s) fatura(s), deve este comunicar ao Prestador do Serviço, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Prestador do Serviço obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. Desde que devidamente emitidas e observando o disposto do n.º 1, a(s) fatura(s) será(ão) paga(s) através transferência bancária.

#### **Cláusula 7ª**

##### **Preço Contratual**

Pela prestação do serviço objeto do contrato, o Município de Porto de Mós pagará ao prestador do serviço o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, o qual não pode ser superior ao preço base fixado no convite.

**Cláusula 8.ª**  
**Preço Anormalmente Baixo**

Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 71.º do CCP, considera-se que o preço total resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando seja inferior a 40% do preço base.

**Cláusula 9ª**  
**Condições da Prestação do Serviço**

A prestação do serviço só será efetuada após a data da adjudicação e em conformidade com as obrigações referidas no presente caderno de encargos.

**Cláusula 10ª**  
**Obrigações do Prestador do Serviço**

1. Obrigações principais do Prestador do Serviço:

1.1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador do serviço as seguintes obrigações principais:

- a) A prestação do serviço que lhe for adjudicado, com observância das normas vigentes e que se relacionem com a prestação do serviço em causa, e com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- b) Sujeitar-se à ação fiscalizadora do Município de Porto de Mós;
- c) Prestar as informações que forem solicitadas pelo Município de Porto de Mós;
- d) Garantir o cumprimento de todas as normas de segurança legalmente previstas.

1.2. Entregar documentos solicitados no Convite;

1.3. A título acessório, o prestador do serviço fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.



- 1.4. O prestador do serviço fica obrigado a proceder à montagem e desmontagens do serviço a prestar.
- 1.5. Garantir o cumprimento de todas as cláusulas que compõem este caderno de encargos, bem como o orçamento e as características técnicas do mesmo, apresentado na Consulta Preliminar ao mercado, artigo 35º-A do CCP;

**Cláusula 11ª**  
**Conformidade e garantia técnica**

1. O serviço a prestar objeto do contrato deve ser prestado em perfeitas condições, para que o serviço seja prestado de acordo com as necessidades do contraente público.
2. O prestador do serviço é responsável perante a entidade adjudicante, por qualquer defeito ou discrepância do objeto do contrato que exista no momento em que o serviço for prestado.

**Cláusula 12ª**  
**Obrigações do Contraente Público**

1. Pela prestação do serviço objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o contraente público deve pagar ao prestador do serviço o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, o qual não pode ser superior ao preço base fixado no convite.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas, principais e acessórias, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, as despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, as despesas de transporte para o local de entrega, de instalação, de assistência, de atendimento, de apoio e de verificação da conformidade do serviço, documentos e demais prestações contratuais com as características, especificações, requisitos, exigências e obrigações técnicas, legais e contratuais definidos, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças ou por conta de direitos de propriedade intelectual.

3. Fiscalizar o cumprimento dos deveres do prestador do serviço, solicitando todos os dados que considere necessário para o efeito.

**Cláusula 13ª**  
**Penalidades Contratuais**

1. No caso de incumprimento de obrigações emergentes do contrato, nomeadamente as estabelecidas no presente caderno de encargos o Município de Porto de Mós pode exigir ao prestador do serviço o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
- a) Pelo incumprimento da prestação do serviço objeto do contrato, será exigido ao prestador do serviço o pagamento, a título de sanção pecuniária de uma multa diária, no montante de 1% do valor da prestação do serviço por cada dia de atraso contratual;
  - b) O valor acumulado das sanções pecuniárias não poderá exceder 20% do preço contratual e quando este limite seja atingido e a Câmara Municipal de Porto de Mós decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado a 30% do preço contratual de acordo com definido no artigo 329º do CCP;
  - c) Para efeitos de incumprimento do contrato, a gravidade e a graduação das sanções contratuais será aferida de acordo com os seguintes critérios: a duração da infração, o grau de culpa do prestador do serviço, a existência de prática reiterada e as consequências objetivas do incumprimento, cuja graduação será considerada por ordem crescente dos seguintes factos:
    - 1º Atrasos na prestação do serviço;
    - 2º Não prestação do serviço;
    - 3.º Prestação defeituosa do serviço.
  - d) As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que Município de Porto de Mós exija uma indemnização pelo dano excedente.

**Cláusula 14ª**  
**Força Maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador do serviço, nem havida como incumprimento, o não cumprimento pontual das obrigações contratuais a cargo de qualquer das partes, que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva prestação do serviço, mas que sejam alheias à vontade da parte afetada, que o prestador do serviço não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constitui motivos de força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, nomeadamente: tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas;
3. Não constituem motivos de força maior:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador do serviço na parte que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador do serviço ou a grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador do serviço de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devido ao incumprimento pelo prestador do serviço das normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador do serviço, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador do serviço sem ser por motivo de sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros;

4. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação;
5. Quando uma das partes não aceite, por escrito, que certa ocorrência invocada pela outra constituía força maior, cabe a esta fazer prova dos respetivos pressupostos;
6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior;
7. Sem prejuízo do disposto do n.º 1 da presente cláusula, caso a impossibilidade de execução do contrato, em resultado de caso de força maior, se prolongue por um período contínuo superior a 3 (três) meses, no caso da entidade adjudicante, ou se 1 (um) no caso do prestador do serviço, qualquer das partes pode proceder à respetiva resolução do contrato, a exercer através dos meios previstos na alínea c) do artigo 330º do CCP.

**Cláusula 15ª**  
**Resolução por parte do Contraente Público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do Contrato previstos na Lei, o Município de Porto de Mós pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestação do serviço violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nomeadamente:
  - a) Atraso, total ou parcial, no cumprimento das obrigações contratuais de acordo com as especificações técnicas;
  - b) A prestação do serviço objeto do contrato superior a 3 dias ou declaração escrita da prestação do serviço de que o atraso excederá esse prazo;
  - c) Pela violação, de forma grave ou reiterada, de qualquer das obrigações que lhe foram atribuídas no âmbito do contrato e do presente Caderno de Encargos.
2. A resolução do contrato por parte do Contraente Público deverá ser comunicada ao prestador do serviço, por escrito, como uma antecedência de 30 dias;

3. Se a resolução do contrato for com o acordo a prestação do serviço, a resolução deve ser efetuada por escrito antes da data acordada para a resolução do contrato.

**Cláusula 16ª**  
**Resolução por parte do Prestador do Serviço**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador do serviço pode resolver o contrato nas situações e nos termos previstos no artigo 332º do CCP.
2. A resolução do contrato por parte do prestador do serviço deverá ser comunicada ao Contraente Público, por escrito, como uma antecedência de 30 dias;
3. Se a resolução do contrato for com o acordo do Contraente Público, a resolução deve ser efetuada por escrito antes da data acordada para a resolução do contrato.

**Cláusula 17ª**  
**Subcontratação e Cessão da Posição Contratual**

O prestador do serviço não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, de acordo com o previsto no artigo 316.º do CCP.

**Cláusula 18ª**  
**Dever de Sigilo**

1. O prestador do serviço deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica ou não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Porto de Mós, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato;
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato;

3. Excluir-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador do serviço ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

**Cláusula 19ª.**  
**Patentes, Licenças e Marcas Registadas**

1. São da responsabilidade do prestador do serviço quaisquer encargos decorrentes da utilização, da prestação do serviço, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças;
2. Caso o contraente público venha a ser demandado, por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o prestador do serviço indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

**Cláusula 20ª**  
**Caução**

Não é exigida, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

**Cláusula 21ª**  
**Foro Competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

**Cláusula 22ª**  
**Legislação Aplicável**

Em tudo o que o presente Caderno de Encargos for omissos observar-se-á o disposto no CCP e restante legislação aplicável.

**Cláusula 23ª**  
**Comunicação e Notificação**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma das partes identificadas no contrato;
2. Qualquer alteração das informações de contrato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte;
3. À data das notificações e comunicações é aplicável o artigo 469º do CCP.

**Cláusula 24ª**  
**Notificação de Adjudicação e Documentos de Habilitação**

1. Em conformidade com o disposto no artigo 77.º do CCP, a decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final de avaliação das propostas até ao termo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do CCP.
2. Juntamente com a notificação de decisão de adjudicação, o prestador do serviço obriga-se a entregar toda a documentação necessária à adjudicação, no prazo de 5 dias após a adjudicação, em conformidade com o disposto no artigo 77.º do CCP, nomeadamente:
  - a) Declaração do Anexo II, alínea a) do n.º 1 do Artigo 81.º do CCP;
  - b) Documento comprovativo em como não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP (Declarações de não Dívida à Segurança Social e Finanças e Registos Criminais).

**Cláusula 25ª**  
**Contagem de Prazos**

A contagem de prazos relativos à formação e execução do contrato é aplicável, respetivamente o disposto nos artigos 470.º e 471.º do CCP.

**Cláusula 26ª**  
**Gestor do Contrato**

Nos termos do artigo 290º-A do CCP é designado gestor do contrato para este procedimento o Técnico Superior Norberto Afonso, Gabinete de Comunicação da Câmara Municipal de Porto de Mós, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.

O Presidente da Câmara Municipal

[Assinatura  
Qualificada] José  
Jorge Couto Vala

Digitally signed by [Assinatura  
Qualificada] José Jorge Couto  
Vala  
Date: 2025.01.21 09:29:54  
+00:00

José Jorge Couto Vala